

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Simulados Inéditos de Direito Administrativo - Questões de Múltipla Escolha

Professor: Claudenir Brito

AULA 00: Estado, governo e administração pública. Direito Administrativo: origem, conceito, fontes. Sistemas Administrativos. Regime jurídico-administrativo.

SUMÁRIO	PÁGINA
Apresentação	1
Simulado	6
Questões comentadas	11
Referências bibliográficas	24



Observação importante: este curso é protegido por **direitos autorais** (copyright), nos termos da Lei 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Grupos de rateio e pirataria são clandestinos, violam a lei e prejudicam os professores que elaboram os cursos. Valorize o trabalho de nossa equipe adquirindo os cursos honestamente no site Estratégia Concursos ;-)

Olá, pessoal.

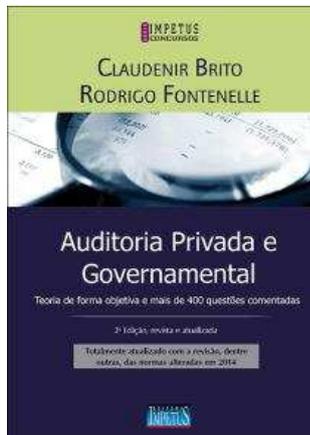
É um prazer imenso estar ministrando estas aulas de Simulados inéditos de Direito Administrativo. Em 2011, fui convidado a participar do Estratégia Concursos, este projeto ousado que se mostrou vencedor, ajudando milhares de candidatos a obterem sua tão desejada aprovação no concurso dos seus sonhos.

Atualmente, sou Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU, aprovado em 15º lugar no concurso de 2008, promovido pela ESAF. Sou Oficial da reserva do Exército Brasileiro, tendo sido militar por quase 17 anos, saindo em 2008, no posto de Capitão. Sou professor em cursos preparatórios para concursos em Brasília, no Rio de Janeiro e em Salvador, e é claro, professor do site Estratégia Concursos.

Também sou membro efetivo do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA, e fui Auditor-Chefe da Auditoria Interna do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - e membro da Comissão de Coordenação de Controle Interno do Poder Executivo Federal - CCCI.

E finalmente, autor da obra **Auditoria Privada e Governamental - teoria de forma objetiva e mais de 400 questões comentadas (Ed. Impetus, 2ª edição)**.

É este:



Também participei da coletânea Auditores, Analistas e Técnicos da Receita Federal - Questões Comentadas - Col. Carreiras Específica, da Editora Saraiva. É este:



Como hoje em dia as provas de concursos estão cada vez mais interdisciplinares, aceitei a tarefa de **elaborar** nossos simulados de Direito Administrativo, da forma mais realista possível, livrando nossos alunos das intermináveis noites de “garimpagem” de questões inéditas em sites e fóruns, sem um direcionamento mais eficiente.

Mas qual é a melhor forma de aprender? Qual é o melhor método?

Isso normalmente varia pra cada candidato. Já que você está lendo essa aula, é muito provável que tenha se interessado em estudar por aulas escritas, em casa, com tranquilidade, no seu tempo.

O **principal** é, simplesmente, que você **aprenda a realizar as provas**. O essencial é que vocês aprendam a matéria, aprendam a marcar o X no lugar certo, e adquiram **tranquilidade para o grande dia**.

Podem ficar tranquilos, que vou procurar ser bastante objetivo nos comentários, sem deixar de fora qualquer assunto que eu entenda como relevante para as provas de vocês.

Os **exercícios** dos nossos simulados serão inéditos, embora muitas vezes adaptemos as questões “reais” das bancas, em vista da importância do tema e da forma como foram cobrados.

Sem a preparação adequada, as chances de sucesso na obtenção de uma das vagas nos concursos mais concorridos são muito pequenas, já que a matéria é extensa e o nível de cobrança das bancas normalmente é alto.

Assim, **vamos nos empenhar ao máximo** – nós do curso e vocês – para sua aprovação, e espero que, após a prova, vocês tenham a certeza de que nossos simulados fizeram a diferença.

Toda essa apresentação tem por finalidade tranquilizá-los quanto à qualificação do professor para assumir este projeto, com muito profissionalismo. Estou “em sala” desde 2010; no Estratégia desde seu lançamento em 2011, e podem ter certeza de que terão um material de alta qualidade para sua preparação.

Gostaria que cada um de vocês realizassem os simulados com a maior atenção e concentração possíveis, de preferência sem interrupção, num ambiente tranquilo e sem consultar qualquer material.

A primeira parte das aulas vai trazer as questões a serem resolvidas da maneira citada acima. Numa segunda parte, comentamos as questões do simulado.

Cronograma

Nosso **curso** será composto por **18 aulas, incluindo essa demonstrativa**, da seguinte forma:

Aulas	Conteúdo
Aula Demonstrativa Disponível	Estado, governo e administração pública. Direito Administrativo: origem, conceito, fontes. Sistemas Administrativos. Regime jurídico-administrativo.
Aula 01 Disponível em 19/01/2016	Princípios básicos da Administração Pública.

Aula 02	Organização administrativa da União: administração direta e indireta
Disponível em 26/01/2016	
Aula 03	Entidades paraestatais e terceiro setor. Agências executivas. Agências reguladoras.
Disponível	
Aula 04	Poderes administrativos.
Disponível	
Aula 05	Agentes públicos.
Disponível	
Aula 06	Legislação de pessoal civil da União – Constituição Federal e Lei nº 8.112/1990.
Disponível em 02/02/2016	
Aula 07	Atos administrativos
Disponível em 09/02/2016	
Aula 08	Licitação Pública.
Disponível em 16/02/2016	
Aula 09	Contratos administrativos.
Disponível em 23/02/2016	
Aula 10	Serviços públicos e regulação estatal. Concessões, permissões e autorizações. Parcerias Público-Privadas
Disponível em 01/03/2016	
Aula 11	Responsabilidade civil do Estado.
Disponível em 08/03/2016	
Aula 12	Processo Administrativo Federal e Lei de Acesso à Informação.
Disponível em 15/03/2016	
Aula 13	Bens públicos.
Disponível em 22/03/2016	
Aula 14	Controle da Administração Pública.
Disponível em 29/03/2016	
Aula 15	Improbidade Administrativa
Disponível em 05/04/2016	
Aula 16	Ética na Administração. Código de conduta da alta administração federal. Lei de conflito de interesses (Lei nº 11.813/2013).
Disponível em 12/04/2016	
Aula 17	Intervenção do Estado na propriedade privada
Disponível em 19/04/2016	

Um dos grandes diferenciais do nosso curso é o nosso **fórum de dúvidas**, por meio do qual vocês poderão esclarecer suas dúvidas

diretamente comigo, num prazo máximo de 2 (dois) dias. Vejam um exemplo de um dos meus cursos de Auditoria:

4

Aluno: [REDACTED]
Curso: Auditoria p/ ISS Goiânia
Aula: Aula 02
PDF: [curso-9464-aula-02-v1.pdf](#)
Ignorada: não
Data: 29/11/2015 17:18

Pergunta: Professor boa tarde, esta questão, quanto ao gabarito, não estaria errado? pelo enunciado não se trata de anomalia 58. (CESPE/FUB-DF/2013) Um depósito elevado além dos limites usuais, creditado na conta de uma empresa, incompatível com a sua atividade e a sua movimentação, é considerado uma anomalia e deve levar o auditor a obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou desvio não seja representativo da população. Comentários: Como vimos na parte teórica da aula, Anomalia é a distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo em uma população, o que ocorre na situação apresentada na questão. Resposta: C

Resposta privada: Não

Resposta: Olá, [REDACTED]

A questão está certa mesmo. Observe no enunciado que o depósito está "**além dos limites usuais**" e é "**incompatível** com a sua atividade e **movimentação**", ou seja, é um exemplo de **anomalia**, que deve "levar o auditor a obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou desvio não seja representativo", ou seja, deve ser confirmada pelo auditor.

Observe que, identificada a anomalia, o auditor deve confirmar se a distorção não é representativa, conforme **item 13. da NBC TA 530**: "Em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descobertos na amostra são anomalias, o auditor deve obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio não sejam representativos da população."

Ou seja, dúvidas que forem surgindo, só perguntar no fórum do curso. Quem precisar esclarecer dúvidas sobre outros temas voltados aos concursos, que não sejam dúvidas específicas do nosso conteúdo, pode ainda me enviar uma mensagem:



(61) 8104-2123

Depois desses esclarecimentos, reforço o prazer que é estar escrevendo essas aulas, na certeza de que vocês, que confiaram seu aprendizado e sua aprovação no Estratégia Concursos, estarão, em breve, alcançando seu grande objetivo.

E vamos logo à matéria, que é o que mais nos interessa no momento.

Sejam bem vindos ao nosso curso.

SIMULADO

1. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sabe-se que o Estado de Direito deve se submeter às regras do ramo do Direito Administrativo, quando estiver exercendo sua função administrativa, dessa forma, considerando as características do Estado, assinale a alternativa correta

- a) Conforme o art. 2 da Constituição Federal são poderes da União, independentes e harmônicos entre, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, correspondendo a cada um o exercício uma função típica exclusiva.
- b) No que tange a Forma de Estado, o Brasil adota o Estado federado, que se caracteriza pela centralização política, no qual o Presidente da República é o Chefe do Poder Executivo que detém o poder político central.
- c) O Poder Executivo exerce função administrativa, mas também pode exercer função legislativa quando for necessária a expedição de leis delegadas, edição de medidas provisórias e leis complementares.
- d) Nos Estados Federados, em que pese existir um poder central o qual cuida de aspectos de interesse nacional, existem outras esferas que possuem poder político e autonomia para exercer competências de interesse regional e local, como no Brasil, exercidas somente pelos Estados-membros e Municípios.
- e) O Brasil adota o Estado Federado caracterizando a subordinação demais entes políticos, onde cada um dos componentes da federação atua dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal.

2. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Em relação ao conceito de Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O conceito de administração pública pode ser analisado em sentido estrito ou sentido amplo, o qual é adotado pela doutrina sendo dividido sob dois aspectos: formal e material.
- b) Algumas atividades são realizadas pela Administração pública em sentido funcional: polícia administrativa, serviços públicos, fomento e entidades que exerce funções administrativas.
- c) A Administração Pública em sentido funcional corresponde às funções em que os agentes públicos desempenham nas atividades administrativas.
- d) A Administração Pública em sentido material consiste na atividade estatal consistente em defender de forma concreta o interesse público.
- e) Segundo o doutrinador Hely Lopes Meireles, a Administração Pública pratica os chamados atos administrativos inerentes aos atos de execução e atos de governo.

3. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca das características de Estado e Governo, assinale a alternativa errada:

- a) O Brasil adota o modelo de governo presidencialista onde o Presidente da República é o Chefe de Estado e Chefe de Governo cumprindo mandato fixo.
- b) Governo e Poder Executivo são expressões sinônimas.
- c) A Constituição Federal adota o princípio da especialização de funções que traduz que os Poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário) deverão atuar em equilíbrio e harmonia.
- d) O Estado é formado por três elementos: povo, território e governo soberano, sendo a soberania uma característica inerente do Estado.
- e) Os Poderes não se limitam ao exercício de sua função típica. Um exemplo que pode ser citado é que o Judiciário que possui função típica de julgar, pode exercer função legislativa quando da elaboração de regimentos internos dos Tribunais.

4. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca do estudo de temas relacionados ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

I. O Estado é formado pelo povo, administração pública e o governo.

II. O conceito de Governo é o complexo de órgãos verticalmente estruturados sob comando do Chefe do Poder Executivo

III. Administração Pública é o conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, independentemente do Poder a que pertençam.

- a) I e III incorretas
- b) I e III corretas
- c) I, II, III incorretas
- d) III correta
- e) II e III corretas

5. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Assinale o critério referente a que se refere a seguinte definição: Por meio desse critério, o Direito Administrativo aproxima dois conceitos modernos: o aspecto objetivo que estima a atividade concreta exercida pelo Estado, e o aspecto subjetivo que leva em consideração os órgãos estatais que exercem as atividades.

- a) Critério da Administração Pública
- b) Critério do Poder Executivo
- c) Critério da Efetiva Função Administrativa
- d) Critério da Distinção entre atividade jurídica e social do Estado
- e) Critério Residual

6. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Assinale a alternativa que não apresenta características do objeto do direito administrativo:

- a) compreende a organização e funcionamento dos serviços dos Estados.
- b) abrange todas as relações entre a administração e os administrados regidos pelo direito público e direito privado.

- c) teve influências do sistema anglo-americano que tem como característica a normatização desde a estrutura dos órgãos públicos administrativos do Estado até os procedimentos necessários para o desempenho das suas atividades.
- d) compreende todas as relações entre os órgãos e entidades administrativas e entre a administração e seus agentes.
- e) identificar os atos ou situações regulamentadas pelas normas que compõem o direito administrativo.

7. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre o conceito e objeto do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Direito Administrativo faz parte do ramo do direito público e exerce a função administrativa que é exclusiva do Poder Executivo.
- b) Tendo em vista que o Direito Administrativo integra o direito público, o Estado não poderá figurar em relações jurídicas predominantemente pelo direito privado.
- c) Segundo o critério do serviço público o Direito Administrativo se resume às regras de organização e gestão dos serviços públicos e as relações jurídicas entre a Administração Pública e os administrados.
- d) Pelo critério da Administração Pública, conceitua-se Direito Administrativo como aquele que regula seus direitos e obrigações por ocasião do desempenho da atividade administrativa.
- e) Acerca do contexto, pela escola empírica, o Direito Administrativo era formado pelas regras expressas em lei, regulamentos e princípios que tratam da Administração Pública.

8. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) São fontes do Direito Administrativo, exceto:

- a) Lei
- b) Princípios
- c) Doutrina
- d) Jurisprudência
- e) Costumes

9. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre as fontes do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A doutrina é considerada uma fonte direta, pois interpreta e influencia a elaboração de novas normas.
- b) Costumes e praxe administrativa são expressões sinônimas tendo em vista que ambas resultam de práticas rotineiras na função administrativa.
- c) Decisões reiteradas sobre determinado tema ensejam a criação de súmula vinculante.
- d) São exemplos de fontes diretas do Direito Administrativo: Constituição Federal, lei ordinária, lei complementar, resoluções, decretos legislativos, medidas provisórias e outros.
- e) Jurisprudências surgem quando o Judiciário a partir de uma decisão isolada que vincula a Administração Pública e o Judiciário.

10. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sistemas Administrativos é a forma adotada pelo Estado para solucionar os litígios decorrentes de sua atuação, sobre esse tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Sistema Inglês ou de Jurisdição Única é aquele o qual todos os litígios podem ser levados ao Judiciário para proferir decisões conclusivas, com força de coisa julgada.
- b) No Sistema Francês ou Contencioso administrativo, os atos da Administração Pública são corrigidos, reformados ou anulados no âmbito da própria Administração, sendo possível ao Judiciário rever as decisões administrativas.
- c) O Brasil adotou o sistema Inglês ou de Jurisdição Una.
- d) O princípio da Inarredabilidade de Jurisdição preleciona que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, constituindo status de cláusula pétreia.
- e) O sistema administrativo adotado pelo Brasil não afasta a jurisdição administrativa, podendo a Administração controlar a legalidade e legitimidade de seus atos, bem como resolver litígios de natureza administrativa.

11. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Em regra, as decisões proferidas no âmbito administrativo não têm caráter conclusivo perante o Judiciário, podendo ser revisadas. Todavia, existem situações em que o esgotamento da via administrativa é requisito para acesso ao judiciário, exceto:

- a) Omissão da Administração Pública ou ato administrativo que seja contrária a súmula vinculante, somente poderá ser alvo de reclamação perante ao Supremo Tribunal Federal após esgotadas as vias administrativas.
- b) Enquanto houver a possibilidade de recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, não será cabível mandado de segurança.
- c) No que tange as disciplinas e às competições desportivas, somente será possível acesso ao Judiciário após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva.
- d) Para o ajuizamento de ação de exibição de documentos é necessário que haja a comprovação da recusa de fornecimento dos documentos pela via administrativa.
- e) Em relação a impetração de habeas data, é necessário que se tenha ocorrido uma negativa ou omissão da via administrativa para que posteriormente obtenha-se o acesso ao Judiciário.

12. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca dos princípios que regem o regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) legalidade e supremacia do interesse público.
- b) moralidade e legalidade.

- c) supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.
- d) legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e publicidade.
- e) moralidade e razoabilidade

13. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado apresenta a existência das prerrogativas e privilégios que a Administração Pública dispõe em detrimento do particular, assim, assinale a alternativa que NÃO traduz uma prerrogativa:

- a) Autorização para usar propriedade privada em situações de iminente perigo público.
- b) Possibilidade de alienar bens públicos de uso especial mesmo quando afetados.
- c) Imprescritibilidade dos bens públicos
- d) Prazos em dobro pra recorrer e quádruplo pra contestar.
- e) Presença de cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos.

14. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre o regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público tem previsão expressa na Constituição Federal.
- b) O Poder Público pode celebrar acordos judiciais sem expressa autorização de lei.
- c) Regime jurídico-administrativo é a forma que o Estado adota para a solução de seus litígios.
- d) O princípio da indisponibilidade do interesse público enuncia que os agentes públicos não são donos do interesse por eles defendidos, devendo no exercício da função atuar conforme a legislação.
- e) O Poder Público poderá agir de forma coercitiva, desde que tenha autorização judicial e previsão em lei.

15. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca do estudo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, Estados Membros, Distrito Federal, Municípios e os Territórios.
- b) O Direito Administrativo pertence ao ramo público e se limita ao estudo da Administração Pública e da atuação do Poder Executivo.
- c) A função executiva pode ser conceituada como aquela exercida preponderantemente pelo Poder Executivo, com caráter infralegal e mediante a utilização de prerrogativas instrumentais
- d) Caracteriza o Sistema Administrativo adotado pelo Brasil que todos os litígios podem ser levados ao Judiciário, o único competente para proferir decisões finais com força de coisa julgada.
- e) São fontes primárias do Direito Administrativo a lei e as súmulas vinculantes.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sabe-se que o Estado de Direito deve se submeter às regras do ramo do Direito Administrativo, quando estiver exercendo sua função administrativa, dessa forma, considerando as características do Estado, assinale a alternativa correta

a) Conforme o art. 2 da Constituição Federal são poderes da União, independentes e harmônicos entre, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, correspondendo a cada um o exercício uma função típica exclusiva.

b) No que tange a Forma de Estado, o Brasil adota o Estado federado, que se caracteriza pela centralização política, no qual o Presidente da República é o Chefe do Poder Executivo que detém o poder político central.

c) O Poder Executivo exerce função administrativa, mas também pode exercer função legislativa quando for necessária a expedição de leis delegadas, edição de medidas provisórias e leis complementares.

d) Nos Estados Federados, em que pese existir um poder central o qual cuida de aspectos de interesse nacional, existem outras esferas que possuem poder político e autonomia para exercer competências de interesse regional e local, como no Brasil, exercidas somente pelos Estados-membros e Municípios.

e) O Brasil adota o Estado Federado caracterizando a subordinação demais entes políticos, onde cada um dos componentes da federação atua dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal.

Comentários:

a) ERRADA - São poderes da União, o Legislativo, Executivo e o Judiciário, correspondendo a cada um o exercício de função típica com preponderância, não havendo exclusividades.

b) ERRADA- O Brasil de fato adota o Estado Federado, que se caracteriza pela descentralização política, no qual os entes políticos dividem suas atribuições nos níveis locais, regionais e nacional.

c) CERTA- O Executivo também poderá exercer função legislativa quando editar medidas provisórias (art. 62, CF), leis delegadas (art. 68), leis complementares (art. 61, CF).

d) ERRADA - O Distrito Federal também poderá exercer competências, pois acumula poderes regionais e locais. (art. 32, §1, CF)

e) ERRADA - Não existe hierarquia ou subordinação entre os entes políticos.

Gabarito: C

2. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Em relação ao conceito de Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) O conceito de administração pública pode ser analisado em sentido estrito ou sentido amplo, o qual é adotado pela doutrina sendo dividido sob dois aspectos: formal e material.

- b) Algumas atividades são realizadas pela Administração pública em sentido funcional: polícia administrativa, serviços públicos, fomento e entidades que exerce funções administrativas.
- c) A Administração Pública em sentido funcional corresponde às funções em que os agentes públicos desempenham nas atividades administrativas.
- d) A Administração Pública em sentido material consiste na atividade estatal consistente em defender de forma concreta o interesse público.
- e) Segundo doutrina predominante, a Administração Pública pratica os chamados atos administrativos inerentes aos atos de execução e atos de governo.

Comentários:

a) ERRADA. A doutrina costuma adotar o conceito de administração pública em sentido estrito, dividindo em dois aspectos: formal ou material.

b) ERRADA. As entidades que desempenham funções administrativas se referem ao sentido subjetivo no conceito de administração pública.

c) ERRADA. No que tange ao sentido funcional, material ou objetivo, a administração pública abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos da função administrativa do Estado.

d) CERTA.

e) ERRADA. Nas palavras de Hely Lopes Meireles¹, “a Administração não pratica atos de governo; pratica tão-somente, atos de execução, os chamados atos administrativos, com poderes de decisão limitados a atribuições de natureza executiva, conforme definidos em lei”.

Gabarito: D

3. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca das características de Estado e Governo, assinale a alternativa errada:

- a) O Brasil adota o modelo de governo presidencialista onde o Presidente da República é o Chefe de Estado e Chefe de Governo cumprindo mandato fixo.
- b) Governo e Poder Executivo são expressões sinônimas.
- c) A Constituição Federal adota o princípio da especialização de funções que traduz que os Poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário) deverão atuar em equilíbrio e harmonia.
- d) O Estado é formado por três elementos: povo, território e governo soberano, sendo a soberania uma característica inerente do Estado.
- e) Os Poderes não se limitam ao exercício de sua função típica. Um exemplo que pode ser citado é que o Judiciário que possui função típica de julgar, pode exercer função legislativa quando da elaboração de regimentos internos dos Tribunais.

¹ Meirelles, H. L. Direito administrativo brasileiro. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

Comentários:

a) CERTA.

b) ERRADA. Segundo Hely Lopes Meireles, Governo é a “expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”. Poder Executivo é o complexo de órgãos estatais verticalmente estruturados sob direção superior do Chefe do Executivo conforme Alexandre Mazza.

c) CERTA.

d) CERTA.

e) CERTA.

Gabarito: B

4. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca do estudo de temas relacionados ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

I. O Estado é formado pelo povo, administração pública e o governo.

II. O conceito de Governo é o complexo de órgãos verticalmente estruturados sob comando do Chefe do Poder Executivo

III. Administração Pública é o conjunto de órgãos e agentes estatais no exercício da função administrativa, independentemente do Poder a que pertençam.

a) I e III incorretas

b) I e III corretas

c) I, II, III incorretas

d) III correta

e) II e III corretas

Comentários:

Apenas o item III está correto, o que torna a alternativa “d” o gabarito da questão.

I. ERRADA. O Estado é formado pelo povo, território e governo.

II. ERRADA. Governo é a cúpula diretiva do Estado sendo responsável pela condução dos altos interesses estatais e pelo poder político, cuja composição sofre alterações nas eleições.

III. CERTA.

Gabarito: D

5. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Assinale o critério referente a que se refere a seguinte definição: Por meio desse critério, o Direito Administrativo aproxima dois conceitos modernos: o aspecto objetivo que estima a atividade concreta exercida pelo Estado, e o aspecto subjetivo que leva em consideração os órgãos estatais que exercem as atividades.

a) Critério da Administração Pública

b) Critério do Poder Executivo

c) Critério da Efetiva Função Administrativa

d) Critério da Distinção entre atividade jurídica e social do Estado

e) Critério Residual

Comentários:

a) ERRADA: por esse critério, o Direito Administrativo é o conjunto de princípios que regem a Administração Pública, considerando suas atividades administrativas, os órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, sua organização e suas relações com os particulares, enfim, regula seus direitos e obrigações por ocasião do desempenho da atividade administrativa.

b) ERRADA: por esse critério o Direito Administrativo disciplina a organização e a atividade do Poder Executivo, apenas.

c) ERRADA: esse critério não tem precedentes na doutrina administrativa.

d) CERTA

e) ERRADA: Por esse critério, o Direito Administrativo tem por objeto as atividades desenvolvidas para a consecução dos fins estatais, excluídas a legislação (formulação de leis pelo Poder Legislativo) e a jurisdição (solução de lides pelo Poder Judiciário).

Gabarito: D

6. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Assinale a alternativa que não apresenta características do objeto do direito administrativo:

a) compreende a organização e funcionamento dos serviços dos Estados.

b) abrange todas as relações entre a administração e os administrados regidos pelo direito público e direito privado.

c) teve influências do sistema anglo-americano que tem como característica a normatização desde a estrutura dos órgãos públicos administrativos do Estado até os procedimentos necessários para o desempenho das suas atividades.

d) compreende todas as relações entre os órgãos e entidades administrativas e entre a administração e seus agentes.

e) identificar os atos ou situações regulamentadas pelas normas que compõem o direito administrativo.

Comentários:

a) CERTA.

b) CERTA.

c) ERRADA. Sofreu influências do sistema europeu-continental, originário do direito Francês.

d) CERTA.

e) CERTA.

As alternativas corretas foram baseadas na obra de *Alexandrino, M. Paulo, V. Direito Administrativo Descomplicado. 22ª ed. São Paulo: Método, 2014.*

Gabarito: C

7. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre o conceito e objeto do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O Direito Administrativo faz parte do ramo do direito público e exerce a função administrativa que é exclusiva do Poder Executivo.
- b) Tendo em vista que o Direito Administrativo integra o direito público, o Estado não poderá figurar em relações jurídicas predominantemente pelo direito privado.
- c) Segundo o critério do serviço público o Direito Administrativo se resume às regras de organização e gestão dos serviços públicos e as relações jurídicas entre a Administração Pública e os administrados.
- d) Pelo critério da Administração Pública, conceitua-se Direito Administrativo como aquele que regula seus direitos e obrigações por ocasião do desempenho da atividade administrativa.
- e) Acerca do contexto, pela escola empírica, o Direito Administrativo era formado pelas regras expressas em lei, regulamentos e princípios que tratam da Administração Pública.

Comentários:

a) ERRADA. A função administrativa não é exclusiva do Poder Executivo, podendo ser desempenhada de forma atípica pelos Poderes Legislativo e Executivo.

b) ERRADA. Embora na maioria das vezes a atuação estatal seja pautada pelas regras de direito público, o Estado também pode figurar em relações jurídicas regidas predominantemente pelo direito privado.

c) ERRADA. As relações jurídicas entre a Administração Pública e os administrados são decorrentes do critério das relações jurídicas, sendo o critério do serviço público limitado às regras de organização.

d) CERTA.

e) ERRADA. Pela escola empírica, o direito administrativo compreendia um conjunto de regras expressas em leis e regulamentos que tratam de Administração Pública nas suas relações internas e com os cidadãos. Esse critério desprezava a carga normativa dos princípios.

Gabarito: D

8. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) São fontes do Direito Administrativo, exceto:

- a) Lei
- b) Princípios
- c) Doutrina
- d) Jurisprudência
- e) Costumes

Comentários:

A alternativa correta é a letra "b", pois as principais fontes do direito administrativo reconhecidas pelos autores são: a lei, doutrina, jurisprudência e costumes. Segundo Alexandre Mazza, os princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema.

Gabarito: B

9. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre as fontes do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A doutrina é considerada uma fonte direta, pois interpreta e influencia a elaboração de novas normas.
- b) Costumes e praxe administrativa são expressões sinônimas tendo em vista que ambas resultam de práticas rotineiras na função administrativa.
- c) Decisões reiteradas sobre determinado tema ensejam a criação de súmula vinculante.
- d) São exemplos de fontes diretas do Direito Administrativo: Constituição Federal, lei ordinária, lei complementar, resoluções, decretos legislativos, medidas provisórias e outros.
- e) Jurisprudências surgem quando o Judiciário a partir de uma decisão isolada que vincula a Administração Pública e o Judiciário.

Comentários:

a) ERRADA. A doutrina é considerada uma fonte indireta, subsidiária ou secundária, haja vista que não cria leis de forma direta, apenas interpretando e influenciando na elaboração de novas normas.

b) ERRADA. Os conceitos de costume e praxe administrativa não se confundem. Costumes possuem caráter obrigatório e decorrente de hábitos comuns ao público em geral e praxe administrativa decorre das práticas reiteradas observadas pelos agentes administrativos diante de uma determinada situação.

c) ERRADA. Decisões reiteradas acerca de um determinado tema ensejam o nascimento de jurisprudência.

d) CERTA. Conforme Alexandre Mazza (2014, p. 54) por lei deve se entender no âmbito do direito administrativo qualquer veículo normativo como: Constituição Federal, emendas constitucionais, Constituições Estaduais, Leis Orgânicas, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções e medidas provisórias. Somente tais veículos normativos criam originariamente normas jurídicas, constituindo as únicas fontes diretas do Direito Administrativo.

e) ERRADA. Jurisprudências surgem quando o Judiciário adota reiteradas decisões e um mesmo sentido e que em regra não vincula a Administração e nem o Judiciário.

Gabário: D

10. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sistemas Administrativos é a forma adotada pelo Estado para solucionar os litígios decorrentes de sua atuação, sobre esse tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Sistema Inglês ou de Jurisdição Única é aquele o qual todos os litígios podem ser levados ao Judiciário para proferir decisões conclusivas, com força de coisa julgada.
- b) No Sistema Francês ou Contencioso administrativo, os atos da Administração Pública são corrigidos, reformados ou anulados no âmbito da própria Administração, sendo possível ao Judiciário rever as decisões administrativas.
- c) O Brasil adotou o sistema Inglês ou de Jurisdição Una.

d) O princípio da Inarredabilidade de Jurisdição preleciona que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, constituindo status de cláusula pétreia.

e) O sistema administrativo adotado pelo Brasil não afasta a jurisdição administrativa, podendo a Administração controlar a legalidade e legitimidade de seus atos, bem como resolver litígios de natureza administrativa.

Comentários:

a) CERTA. O Sistema Inglês ou Jurisdição Única é aquele em que todos os litígios – de natureza administrativa ou que envolvam interesses exclusivamente privados – poderão ser levados ao Judiciário, proferindo decisões com autoridade final e conclusiva com força de coisa julgada.

b) ERRADA. No Sistema Francês, contencioso administrativo ou também chamado de dualidade de jurisdição, é aquele em que o Poder Judiciário não poderá intervir nas funções administrativas.

c) CERTA.

d) CERTA. O princípio da Inarredabilidade ou Inafastabilidade está previsto no art. 5, inciso XXXV da CF e dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

e) CERTA. Com efeito, a Administração Pública brasileira pode sim exercer a chamada *jurisdição administrativa*, uma vez que o Sistema de Jurisdição uma não é caracterizado por ser absoluto.

Gabarito: B

11. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Em regra, as decisões proferidas no âmbito administrativo não têm caráter conclusivo perante o Judiciário, podendo ser revisadas. Todavia, existem situações em que o esgotamento da via administrativa é requisito para acesso ao judiciário, exceto:

a) Omissão da Administração Pública ou ato administrativo que seja contrária a súmula vinculante, somente poderá ser alvo de reclamação perante ao Supremo Tribunal Federal após esgotadas as vias administrativas.

b) Enquanto houver a possibilidade de recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, não será cabível mandado de segurança.

c) No que tange as disciplinas e às competições desportivas, somente será possível acesso ao Judiciário após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva.

d) Para o ajuizamento de ação de exibição de documentos é necessário que haja a comprovação da recusa de fornecimento dos documentos pela via administrativa.

e) Em relação a impetração de habeas data, é necessário que se tenha ocorrido uma negativa ou omissão da via administrativa para que posteriormente obtenha-se o acesso ao Judiciário.

Comentários:

a) CERTA. O ato administrativo, ou a omissão da Administração Pública, que contrarie Súmula Vinculante, só pode ser alvo de reclamação

ao Superior Tribunal Federal depois de esgotadas as vias administrativas nos termos da Lei 11.417/2006, art. 7º, §1º.

b) CERTA. O art. 5, I da Lei nº 12.016/09 previu que o mandado de segurança não é cabível quando caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

c) CERTA. O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após se esgotarem as instâncias da Justiça Desportiva. Cabe destacar que a Justiça Desportiva é uma via administrativa, pois o artigo 92 da Constituição não a inclui como órgão do Poder Judiciário.

d) ERRADA. Tornar imprescindível a comprovação do requerimento e da recusa administrativamente seria ofender-se claramente o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

e) CERTA. É indispensável para caracterizar o interesse de agir no habeas data a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais ou da omissão em atendê-lo. Dessa forma, exige-se que primeiro tenha ocorrido uma negativa ou omissão da via administrativa para que posteriormente recorra ao Judiciário.

Gabarito: D

12. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca dos princípios que regem o regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) legalidade e supremacia do interesse público.
- b) moralidade e legalidade.
- c) supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.
- d) legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e publicidade.
- e) moralidade e razoabilidade

Comentários:

A alternativa correta é a letra "C". As demais alternativas apresentam os princípios inerentes a administração pública previstos de forma expressa no art. 37, caput da CF.

Gabarito: C

13. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado apresenta a existência das prerrogativas e privilégios que a Administração Pública dispõe em detrimento do particular, assim, assinale a alternativa que NÃO traduz uma prerrogativa:

- a) Autorização para usar propriedade privada em situações de iminente perigo público.
- b) Possibilidade de alienar bens públicos de uso especial mesmo quando afetados.
- c) Imprescritibilidade dos bens públicos
- d) Prazos em dobro pra recorrer e quádruplo pra contestar.
- e) Presença de cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos.

Comentários:

a) CERTA. Autorização para usar propriedade privada em situações de iminente perigo público é uma forma de intervenção do Estado na propriedade denominada requisição.

b) ERRADA. O art. 100 do Código Civil prevê a impossibilidade de alienação de bens de uso comum do povo bem como os de uso especial enquanto conservarem a sua qualificação

c) CERTA. O art. 102 do Código Civil dispõe que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

d) CERTA. Nos termos do art. 188 do CPC: Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

e) CERTA. Conforme Alexandre Mazza, as cláusulas exorbitantes são prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado e, por isso, são aplicáveis ainda que não escritas no instrumento contratual.

Gabarito: B**14. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Sobre o regime jurídico administrativo, assinale a alternativa correta:**

a) Os princípios: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público tem previsão expressa na Constituição Federal.

b) O Poder Público pode celebrar acordos judiciais sem expressa autorização de lei.

c) Regime jurídico-administrativo é a forma que o Estado adota para a solução de seus litígios.

d) O princípio da indisponibilidade do interesse público enuncia que os agentes públicos não são donos do interesse por eles defendidos, devendo no exercício da função atuar conforme a legislação.

e) O Poder Público poderá agir de forma coercitiva, desde que tenha autorização judicial e previsão em lei.

Comentários:

a) ERRADA. Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello a supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são considerados supraprincípios que são os princípios centrais dos quais derivam todos os demais princípios e normas do Direito Administrativo.

b) ERRADA. O Poder Público não pode celebrar acordos judiciais sem que exista previsão de lei, pois seria uma afronta aos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público.

c) ERRADA. Regime jurídico administrativo é o sistema que dá identidade ao Direito Administrativo caracterizado pelos princípios: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

d) CERTA. O princípio da indisponibilidade do interesse público fundamenta as restrições impostas à Administração, no qual os agentes públicos deverão atuar nos limites estipulados pela lei.

e) ERRADA. O Poder Público poderá executar ações coercitivas independente de autorização judicial, desde que tenha previsão em lei com fundamento na supremacia do interesse público do privado.

Gabarito: D

15. (ESTRATÉGIA/2015/múltipla escolha) Acerca do estudo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, Estados Membros, Distrito Federal, Municípios e os Territórios.
- b) O Direito Administrativo pertence ao ramo público e se limita ao estudo da Administração Pública e da atuação do Poder Executivo.
- c) A função executiva pode ser conceituada como aquela exercida preponderantemente pelo Poder Executivo, com caráter infralegal e mediante a utilização de prerrogativas instrumentais
- d) Caracteriza o Sistema Administrativo adotado pelo Brasil que todos os litígios podem ser levados ao Judiciário, o único competente para proferir decisões finais com força de coisa julgada.
- e) São fontes primárias do Direito Administrativo a lei e as súmulas vinculantes.

Comentários:

a) ERRADA. Nos termos do art. 18 da CF: A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, Estados Membros, Distrito Federal e os Municípios.

b) ERRADA. Existem diversos conceitos de Direito Administrativo, todavia o critério mais aceito pela doutrina é o que abrange o critério da Administração Pública que traz o seguinte conceito: Direito Administrativo é o conjunto de princípios que regem a Administração Pública, considerando suas atividades administrativas, os órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, sua organização e suas relações com os particulares, enfim, regula seus direitos e obrigações por ocasião do desempenho da atividade administrativa.

c) ERRADA. O conceito apresentado na alternativa é de função administrativa, conforme Alexandre Mazza (2014, p. 62).

d) CERTA. O Brasil adotou o sistema administrativo inglês ou de jurisdição única que é aquele em que todos os litígios – de natureza administrativa ou que envolvam interesses exclusivamente privados – podem ser levados ao Poder Judiciário.

e) ERRADA. A doutrina considera como fontes primárias Lei em sentido estrito e a Constituição Federal.

Gabarito: D

Gabarito:

1 – C	6 – C	11 – D
2 – D	7 – D	12 – C
3 – B	8 – B	13 – B
4 – D	9 – D	14 – D
5 – D	10 – B	15 – D

Referências utilizadas na elaboração das aulas

Alexandrino, M. Paulo, V. Direito Administrativo Descomplicado. 22. ed. São Paulo: Método, 2014.

Alves, Erick. Curso regular de Direito Administrativo (com vídeoaulas): teoria e questões comentadas. Estratégia Concursos, 2014.

Bandeira de Mello, C. A. Curso de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

Carvalho Filho, J. S. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Di Pietro, M. S. Z. Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Meirelles, H. L. Direito administrativo brasileiro. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.